



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS ESTADO DO PARÁ



DIÁRIO ELETRÔNICO Nº 70/2013

Publicação: sexta-feira, 26 de abril de 2013

Fonte: Ano CXXII da IOE 123º da República nº 32.385
(IOEPA) – Cad. 10 na pág. 7 ao Cad. 11 na pág. 5

PUBLICAÇÃO DE ATOS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 517681

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2013, DE 21/03/2013

Dispõe sobre o prazo de divulgação do cronograma de ações e os normativos para os procedimentos contábeis apresentados na Portaria STN nº 753/2012 e da Nota nº 1.096/2012/CCONF/ SUCON/STN/MF-DF e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente a que lhe confere o Art. 2º, Inciso II, da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012 – Lei Orgânica do TCM/PA;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 59, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, que atribui aos Tribunais de Contas a competência para fiscalização e cumprimento da gestão fiscal pelos municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, em conformidade com o disposto no Inciso I, do Art. 6º e Incisos XI e XII, do Art. 7º, do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar as demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os Entes da Federação, conforme o disposto no Inciso XII, do Art. 7º, do Decreto Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009;

CONSIDERANDO a Portaria STN nº 437/2012, que aprovou a 5ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP);

CONSIDERANDO a revogação da Portaria nº 1251/PRES/TCM pela Portaria nº 00131/2013/PRES/TCM, em função da necessidade do cumprimento da Portaria STN nº 753/2012 e da Nota nº 1.096/2012/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, que altera as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012, prorrogando o prazo de adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, até o término do exercício de 2014;

CONSIDERANDO a complexidade da implementação de regras e procedimentos durante o período de transição para o novo modelo de Contabilidade Patrimonial, por parte dos Entes jurisdicionados, assim como, segundo a Portaria STN nº 753/2012, os conceitos e procedimentos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) que deverão estar totalmente integralizados em 2014, pelos Entes da Federação, para que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) consolide as Contas Nacionais em 2015;

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar aos Poderes e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios do Estado do Pará, o cumprimento obrigatório dos seguintes procedimentos, até 31 de dezembro de 2013:

I – Implantar integralmente os Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), estabelecidos na Parte III do MCASP – 5ª Edição;

II – Implantar integralmente os Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), estabelecidos na Parte II do MCASP – 5ª Edição;

III – Adoção integral do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), em todos os entes jurisdicionados.

§ 1º. O Poder Executivo de cada Município do Estado do Pará divulgará, por meio eletrônico de acesso público, e encaminhará, por meio documental, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e ao Tribunal de Contas dos Municípios/TCM-PA, até o dia 31 de maio de 2013, o cronograma de ações estabelecido no Anexo Único desta Instrução Normativa.

§ 2º. O “Cronograma de Implementação” deverá abranger os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo os órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações mantidas pelo Poder Municipal, autarquias, empresas públicas e as sociedades de economia mista integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 2º – Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal acompanhar a execução do “Cronograma de Implementação” definido pelo ente federado.

Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo Municipal ficará sujeito à aplicação das sanções, nos termos do Art. 56, Inciso I e Art. 57, Inciso III, Alínea “a”, da Lei Complementar nº. 84, de 27 de dezembro de 2012 – Lei Orgânica do TCM/PA, pelo descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 3º – O TCM-PA divulgará o Plano de Contas Único, até o dia 31/07/2013, com o respectivo detalhamento das contas padronizadas, devendo todos os Municípios do Estado do Pará utilizá-lo nos Demonstrativos Contábeis e Orçamentários, a partir de 1º de janeiro 2014.

Art. 4º – Determinar aos Poderes Executivo e Legislativo e aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios do Estado do Pará, que permaneçam em 2013 com o mesmo Plano de Contas Único e Demonstrações Contábeis do ano anterior.

Art. 5º – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Presidente

Conselheira **MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ** – Vice-Presidente

Conselheiro **SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES** – Corregedor

Conselheira **ROSA DE FÁTIMA BARGE HAGE**

Conselheiro **ALOÍSIO AUGUSTO LOPES CHAVES**

Conselheiro **LUIZ DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro **ANTÔNIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

CRONOGRAMA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CASP (Contabilidade Aplicada ao Setor Público)	PRAZO (MM/AAAA) LIMITE = 31/12/2013
I – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação dos Créditos, Tributários ou não, por competência e a Dívida Ativa.	DD/MM/AAAA
II – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ajustes para perdas da Dívida Ativa.	DD/MM/AAAA
III – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ajustes para perdas referentes aos Créditos Tributários, ou não Tributários.	DD/MM/AAAA
IV – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Obrigações e Provisões por competência.	DD/MM/AAAA
V – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis.	DD/MM/AAAA
VI – Registro de Fenômenos Econômicos – Depreciação dos Bens Móveis.	DD/MM/AAAA
VII – Registro de Fenômenos Econômicos – Depreciação dos Bens Imóveis.	DD/MM/AAAA
VIII – Registro de Fenômenos Econômicos – Amortização.	DD/MM/AAAA
IX – Registro de Fenômenos Econômicos – Exaustão.	DD/MM/AAAA
X – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos de Infraestrutura.	DD/MM/AAAA
XI – Implementação de Sistema de Custos.	DD/MM/AAAA
XII – Adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme o MPCASP, detalhado no nível exigido para a consolidação das Contas Nacionais (para vigor integralmente em 1º-01-2014).	DD/MM/AAAA
XIII – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), conforme MCASP (para vigor integralmente em 1º-01-2014).	DD/MM/AAAA